

# A EXPRESSÃO ATUAL DA FILOSOFIA NO BRASIL E O DESAFIO DA HISTORICIDADE

ANTÔNIO J. SEVERINO

**Abstract:** The hypothesis intended herein is that as the philosophical meditation among us has been carried on from a deeper investigative point of departure, overcoming the scholastic-like formulations, it grows more self-consistent, able to reach a wider universality as it becomes capable of facing the particularity of our historic-cultural experience. This can be perceived in the ample spectrum of tendencies and expression modes of philosophy in our academic and cultural environment.

## INTRODUÇÃO

O exercício atual do filosofar no Brasil, ao assumir suas diferentes formas de expressão cultural, manifesta profunda vinculação com a tradição filosófica ocidental, revelando assim a continuidade de sua dependência paradigmática frente a essa tradição. Mas, ao mesmo tempo, esse exercício vem expressando também um esforço criativo, ao tomar esses mesmos paradigmas como metodologias da investigação crítica, procedendo assim a uma ruptura com suas raízes e ganhando mais autonomia na construção de um discurso interpretativo da experiência histórica brasileira. Para fazer esta afirmação, respaldo-me na pesquisa que realizei no início da década sobre a expressão atual da filosofia no Brasil, estudo que veio confirmar minha convicção de que, exatamente na medida em que a reflexão filosófica entre nós vai se realizando a partir de uma postura mais investigativa, superando as formulações escolasticizadas, ela vai adquirindo consistência própria, alcançando maior universalidade ao tornar-se capaz de enfrentar a particularidade de nossa experiência histórico-cultural. Foi, de fato, o que pude constatar nos esforços desenvolvidos pelos nossos pensadores, quaisquer que tenham sido suas raízes e inspirações paradigmáticas. Mas esta constatação não nos permite concluir que a problemática da identidade do filosofar no contexto cultural brasileiro esteja de todo superada.

---

Antonio Joaquim Severino é professor de Filosofia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

## 1. AS PERSPECTIVAS DO FILOSOFAR BRASILEIRO DA ATUALIDADE.

Mas como se apresenta hoje a prática da filosofia no Brasil? Como dar conta de sua expressão em nosso contexto cultural? O que nos mostram as pesquisas de seu campo? De um primeiro ângulo, a prática da filosofia entre nós é concebida e desenvolvida como retomada de autores clássicos, como estudo de pensadores consagrados pela tradição filosófica da cultura ocidental. Essa abordagem se expressa pela dedicação de muitos de nós ao estudo da obra de autores, isolados ou agrupados em torno de configurações históricas ou teóricas. Neste caso, prevalece a referência ao autor ou aos autores, buscando-se sempre fazer uma exegese da expressão desse pensamento. Assim, por exemplo, um estudioso dedica-se ao conhecimento do pensamento de Kant, tentando decodificar sua intencionalidade filosófica, sem que isso signifique qualquer compromisso pessoal com as idéias desse pensador. Pode-se ser até mesmo um marxólogo, sem que se queira dizer com essa dedicação que se está endossando as idéias de Marx. Nesses casos, o autor é tomado como um modelo e o seu pensamento como um constructo puramente teórico, autônomo. Acredita-se possível adotar uma postura de neutralidade, frente a determinado corpo de conhecimentos.

Está implícita nessa modalidade de se praticar a filosofia a convicção de que estudando-se autores, acompanhando seu desempenho e reconstituindo-se o seu modelo de pensamento, não só se aprende a filosofar como também se filosofa autenticamente. A reflexão filosófica é vista quase como se fosse uma atividade técnica, autônoma, uma configuração articulada, impessoal, consistente em si mesma, por força de articulações lógico-linguísticas, havendo portanto um discurso supostamente objetivo e auto-suficiente. A opção por um determinado pensador é decorrente da convicção de que aquele pensamento coloca e resolve com a devida competência determinados problemas que são considerados filosóficos em si mesmos. E o estudioso se torna assim especialista em determinado filósofo. É um restaurador, trabalhando mediante abordagens históricas especializadas, o mais das vezes, monográficas, de modo a resgatar, desvendar e explicitar ao máximo todas as virtualidades da obra escrita deixada pelo filósofo.

Dessa linhagem de estudiosos pode-se aproximar os historiadores da filosofia propriamente ditos, preocupados que são em reconstituir não mais o pensamento de um único autor ou de uma determinada escola, mas sim de reconstituir todo um fluxo histórico de manifestações, simultâneas ou sucessivas, dos sistemas filosóficos. Neste caso, temos os que elaboram estudos sobre os vários filósofos ou sobre suas escolas, nos diversos

momentos históricos. Apoiando-se ou não em alguma teoria que identifique a filosofia com seu próprio desenvolver-se histórico, esses estudiosos acreditam que o filosofar se atualiza ao se revelar construindo-se coletivamente ao longo do tempo. E entendem também que a história da filosofia é também a pedagogia adequada do filosofar. Daí o privilegiar o ensino da filosofia como ensino da história da filosofia.

Tanto quanto o historiador das idéias, também o especialista em estudos monográficos pretende tratar seu objeto como algo efetivamente objetivado, buscando não envolver em sua demarche historiográfica qualquer comprometimento ideológico pessoal. Quer tão-somente rerepresentar o pensamento de seu autor, sistematizando-o da melhor forma possível, buscando torná-lo cada vez mais claro. Seu intento é explicitar a intencionalidade do filósofo. E para ele, o filosofar não é repor em marcha essa intencionalidade, mas é explicitá-la em suas estruturas lógico-conceituais.

O risco que ronda essas formas de se desenvolver o trabalho filosófico é, sem dúvida, o de confundir a objetividade da expressão cultural da filosofia com a neutralidade do conhecimento em si. Salva-se a história, mas corre-se o risco de perder a historicidade, de se cair numa atividade de contemplar uma outra contemplação já feita e registrada.

Uma outra perspectiva é aquela do exercício reflexivo fundado em paradigmas. Agora não é o autor isoladamente que interessa na reconstituição de seu pensamento, mas a matriz mais comum desse pensamento. O autor é tomado como um pedagogo para o filósofo, sobretudo quando se coloca na perspectiva de sua iniciação à filosofia. O praticante da filosofia serve-se então do pensamento do autor, assumindo esse pensamento como uma propedêutica à filosofia. Aqui os autores clássicos são vistos como parceiros, na medida em que se vê neles inspiradores, companheiros e colaboradores na construção de enfrentamentos de problemas que são contingentes, concretos e eventuais. Neste momento, prevalece o paradigma, agora entendido como uma verdadeira metodologia de abordagem de problemas universais ou os problemas particulares.

Nessa forma de se praticar a filosofia, o paradigma é visto em sua dimensão simultaneamente pedagógica e metodológica, no sentido em que só se aprende a filosofar aplicando ferramentas a objetos, portanto fazendo reflexões específicas sobre objetos reais. O modelo em si é visto como apenas uma hipótese interpretativa, ferramenta que pode ou não estar adequada para enfrentar uma determinada problemática.

Assim, o modelo não é retomado como uma peça de museu, ou como um artefato definitivo; ao contrário, trata-se de um instrumento de reflexão que já pretendeu mostrar, em determinado momento do tempo, alguma

fecundidade ou competência, no sentido de responder a problemas que o pensador enfrentou nessa ocasião. Ao retomá-lo, o pensador contemporâneo não o faz por mera transposição, ele é testado na sua possível fecundidade atual. Ele só deve mesmo inspirar, instigar, provocar a nova reflexão.

Agora o risco é o da escolastização, quando o diálogo que atualizaria a fecundidade do método de reflexão se transformaria num procedimento de idolatria, a lucidez da interação crítica sendo atropelada pela adesão dogmática. O diálogo se transformaria num monólogo, levando a uma atitude reflexiva dogmática e, conseqüentemente, pouco criativa. Transformar o paradigma num modelo escolástico é pressupor a permanência de uma verdade trans-histórica. E igualmente corre-se o risco do desconhecimento da historicidade de toda expressão do conhecimento humano. Não é fácil, para o praticante da filosofia, aliar à necessária postura de empatia com um pensamento inspirador, o igualmente necessário distanciamento crítico, que gere espaço para o avanço e a criação.

## 2. O NECESSÁRIO COMPROMISSO DO FILOSOFAR COM A HISTORICIDADE

Como se vê, em ambas as tendências, envolvemo-nos com a questão, explicitada ou não, da historicidade de nosso modo de conhecer. Todos reconhecem que o filosofar é um processo que tem história, que essa história precisa ser levada em conta. A profundidade e a relevância desse dever, as formas de articulação dos diversos momentos, o reconhecimento da construtividade do saber, podem ser assumidos de diferentes maneiras e com diferentes graus de intensidade, mas fica sempre sub-entendida alguma filiação, alguma herança em relação ao pensamento já constituído.

Foi por isso que minha interpelação aos praticantes da filosofia no Brasil concluiu-se com um questionamento do compromisso de sua reflexão com a particularidade histórica. E o fiz mediante uma discussão, mais interpretativa do que expositiva, do alcance político-educacional dos seus discursos pronunciados sob os diferentes paradigmas filosóficos. O filosofar brasileiro foi então enfocado sob uma preocupação bem determinada: tratou-se de saber se a abordagem própria de uma perspectiva política, como co-dimensão de uma perspectiva educacional, permeia a reflexão filosófica no país. Ou, dizendo de outra forma, até que ponto as preocupações de natureza político-educacional estão presentes nos projetos e discursos filosóficos de nossos pensadores, e até que ponto essas preocupações marcam a orientação de seus pensamentos. A questão foi ver até que ponto essa reflexão filosófica, consumada na expressão cultural da filosofia brasileira, vem contribuindo para a discussão e para a compreensão do político-educacional a partir dos subsídios que estaria fornecendo para a

constituição da própria identidade da sociedade nacional, e até que ponto ela adquiriria autenticidade e legitimidade, só possíveis se se fizesse uma reflexão sobre as mediações da existência histórica de nossa sociedade.

Assim, neste trabalho, a preocupação que se torna interrogante ao discurso filosófico pronunciado no contexto cultural da atualidade brasileira, pressupõe uma questão anterior, mais radical, que diz respeito à própria natureza da filosofia em geral, ou seja, até que ponto a reflexão filosófica, ao ser desencadeada, implicaria a necessidade de se dar como temas essenciais as mediações históricas e sociais do próprio filosofar.

A pesquisa desenvolvida permitiu constatar que a reflexão filosófica atual no Brasil vem ensaiando seus vãos de autonomia sem desvincular-se das grandes tradições e tendências da filosofia ocidental. Esta vinculação é ainda tão forte que, como já assinali de início, um número significativo de praticantes da filosofia se dedica fundamentalmente a um trabalho de apropriação dessas tendências, trabalho que é feito mediante esforço metódico de retomada do pensamento dos clássicos, sobretudo por meio de uma cuidadosa exegese dos seus textos. Investimento em termos de leituras, análise, de interpretação e de crítica, que é feito com o respaldo acadêmico-institucional, e que reverte, o mais das vezes, em recursos para o ensino acadêmico da filosofia. Tais estudiosos, não incluídos no universo dos sujeitos pesquisados, se colocam na perspectiva de uma abordagem histórica especializada, monográfica.

A pesquisa nos autoriza a reconhecer que, embora se filiando ainda à tradição universal da reflexão filosófica da cultura ocidental, a filosofia no Brasil já se expressa com crescente criatividade e autonomia. Tanto mais criativa e autônoma se tornará, tanto mais alcançará de universalidade, quanto mais atenta se fizer à particularidade do mundo real em que se realize. Sem dúvida, seu desafio maior encontra-se no estabelecimento da dosagem exata de seus vínculos com a temporalidade histórica e com a espacialidade social.

Mas as relações entre o conhecimento e os processos históricos e sociais são relações de difícil apreensão. Costuma-se dizer que a filosofia se identifica com sua própria história, mas, ao mesmo tempo, reafirma-se que filosofar é também negar as filosofias passadas para que se construam novas filosofias. De fato, a filosofia parece ser e não ser, ao mesmo tempo, a sua própria história. Sem dúvida, perde todo seu sentido quando se identifica monoliticamente com seus próprios produtos, perde sua vitalidade, seu impulso criador. Desse modo, tornar-se-ia mera expressão cultural dogmatizada de seu próprio produto que ficaria, por assim dizer, congelado nos sistemas, na verdade apodítica, no dogma. De

nada lhe adiantaria então identificar-se com sua história, se esta não passar de acúmulo de sistemas e modelos; por outro lado, impõe-se reconhecer que ela é sua própria história, quando esta é vista como um processo de devir do próprio conhecimento humano, quando, em seu atuar, reconhece a radical historicidade de todas as atividades humanas, de toda a produção humana, não só da produção material mas também da produção simbólica, inclusive do próprio conhecimento. É em decorrência dessa condição que nem a subjetividade idealista do Cogito, nem a objetividade essencialista ou fenomenista do mundo, nem a pura vivência estética do homem, podem garantir-lhe qualquer transcendentalidade, uma vez que tudo se marca pela contingência integral do existir humano. Nem mesmo a linguagem, que vem sendo considerada pelos filósofos contemporâneos, a única referência e suporte do discurso filosófico válido, depois da célebre virada lingüística, assegura estatuto de autonomia ou de superioridade para a filosofia. Apesar da inegável relevância da linguagem, à vista da universalidade da comunicação como estrutura fundamental da existência humana, ela não escapa da contingência imposta pela sua historicidade.

Mas não se trata mesmo de buscar no íntimo do sujeito, nem do objeto ou da própria linguagem, a referência para qualquer saber positivado. A única criticidade que legitima qualquer forma de conhecimento é aquela que se apóia na sua relação com a prática efetiva dos homens.

Isso tem consequência essencial para a filosofia, como para todas as formas de conhecimento. É que a legitimidade do conhecimento está na construção dos sentidos que intencionalizam a prática. A relação sujeito/objeto só se justifica na medida em que, numa perspectiva de ação, subsidia a construção dos sentidos de que os homens podem dispor, e dos quais necessitam para a condução de sua existência contingente, tecida na densidade da vida histórica, feita de prática.

As práticas mediadoras da existência real dos homens, as práticas relacionadas ao trabalho, à vida política e à produção simbólica, são intencionalizadas pelo conhecimento, ao qual cabe pois produzir sentidos norteadores para que essa existência se torne historicamente suportável, na medida em que se pautar em valores efetivamente humanizantes, projeto que se traduz hoje pela emancipação de todos os seres humanos e que se expressa como a meta de se instaurar a cidadania universal.

E é no âmbito dessa tarefa antropológica do conhecimento que a filosofia deve se auto-situar. Cabe-lhe, como modalidade de reflexão teórica que é, subsidiar as práticas mediante as quais os homens vão construindo histórica e socialmente sua existência, atribuindo-se, a cada momento, sua própria essencialidade, por mais fugaz e particularizada que

esta possa ser. Nesse fornecer aos homens referências teóricas para construir praticamente sua própria realidade, a filosofia tem um papel insubstituível, uma vez que o conhecimento científico não pode dar conta da complexidade dessa tarefa.

Como atividade epistêmica, processo e produto de nossa prática simbolizadora, a filosofia é modalidade de conhecimento intimamente direcionada para a intencionalização do agir humano, tanto no plano individual como no coletivo. Mas é também uma prática, teórica sem dúvida, mas igualmente vinculada aos condicionamentos da temporalidade histórica e da espacialidade social, os dois verdadeiros e fundamentais *a priori* do existir humano.

Cabe-lhe, pois, conjuntamente com as outras modalidades de conhecimento, constituir sentido. Mas não pode fazer isso pela explicitação de intuições imediatas de uma essência, nem pela mera transposição das apreensões empíricas e transitivas efetuadas pelos órgãos da sensibilidade, nem pela codificação/decodificação de modelos lógico-linguísticos. O conhecimento se dá, de fato, mediante uma construção histórica e coletiva dos objetos pelos sujeitos, necessariamente sujeitos sociais.

## CONCLUSÃO

Assim, a tarefa fundamental de um filosofar de perfil crítico, no contexto da sociedade histórica brasileira, é contribuir para o desenvolvimento de uma atividade construtiva de conhecimento, que intencionalize a prática real, mediante a qual se realiza nossa existência, seja explicitando os sentidos norteadores, seja denunciando os sentidos enviesantes, subjacentes aos diversos discursos ideologizados.

Para tanto, ela precisa recuperar seu tempo histórico, retornar à atualidade, ou seja, recolocar sua temática na verdadeira temporalidade, superando o historicismo e o presentismo modista. O filosofar de um povo ou de um indivíduo não paira sobre o tempo, a filosofia precisa aceitar sua própria historicidade. Aliás, só conseguirá submeter o tempo, submetendo-se a ele. Mas reconquistar sua temporalidade não significa perder seus vínculos com a totalidade da cultura. A volta ao tempo passado é necessidade para se apreender a própria historicidade de todas as nossas práticas e, conseqüentemente, de toda a nossa existência. No âmbito do filosofar, o filiar-se às tradições só se legitima quando se dá como um diálogo em busca de soluções de problemas de relevância atual, estando sempre em pauta a superação das soluções vencidas pelo conhecimento em construção. Neste sentido, a filosofia não pode reduzir-se à sua história, se esta for entendida como mera exposição dos diferentes sistemas que se suce-

deram no tempo. Filosofar é, contraditoriamente, também negar as filosofias passadas para que se construam novas filosofias.

De outro lado, o filosofar brasileiro atual, para redefinir-se em termos de relevância temática, precisa reconquistar sua regionalidade, seu espaço sócio-cultural próprio. Por isso, a filosofia brasileira precisa voltar do exílio no qual muitas vezes se colocou, mesmo sem abandonar as fronteiras geográficas do país. Alcançará a universalidade a que aspira se partir da particularidade de sua circunstância, ciente de que essa circunstância particular é preme de universalidade. Assim, na relação com os pensadores de outros contextos, bem como na relação com os pensadores de outros tempos, o que deve prevalecer é o diálogo, o intercâmbio, e não a transposição erudita e auto-suficiente. Esse diálogo é possível, apesar de todas as particularidades, porque todas as circunstâncias são atravessadas pela ineludível universalidade do humano.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, PAULO e outros. *A filosofia e seu ensino*, Petrópolis, Vozes, EDUC, São Paulo, 1995.
- CHAUÍ, MARILENA. *Convite à filosofia*, Ática, São Paulo, 1995.
- COSSUTA, FREDERIC. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*, Martins Fontes, São Paulo, 1994.
- GADOTTI, MOACIR. Para que serve afinal a filosofia? *Reflexão*, 4(13): jan/abr. 1979.
- GALLO, SÍLVIO. Do futuro da filosofia na Universidade. *Impulso*, Unimep. 9(19):131-142, Piracicaba. 1995.
- HABERMAS, JURGEN. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*, Tempo Brasileiro, Rio, 1990.
- JAPIASSU, HILTON F. *Um desafio à Filosofia: pensar-se nos dias de hoje*, Letras & Letras, São Paulo, 1997.
- LAGUEUX, MAURICE. Por que ensinar filosofia? *Reflexão*. 5(18). 1980.
- MAUGÜE, J. O ensino da filosofia: suas diretrizes. In: Documentário de filosofia no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia*. 5 (20). out. dez 1955.
- NIELSEN NETO, Henrique. *O ensino da filosofia no 2º Grau*, Sofia, São Paulo, 1986.
- SEVERINO, Antônio J. *Filosofia*, Cortez, São Paulo, 1993.
- . *A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação*, Vozes, Petrópolis, 1999.
- . *A filosofia no Brasil*; catálogo sistemático de profissionais, cursos, publicações e entidades da área da filosofia no Brasil, ANPOF, Rio, 1990, 492 p.
- . A questão da autenticidade da filosofia brasileira. *Reflexão*, PUC 1(1):43-51. set. Campinas, 1975.
- . O papel da filosofia no Brasil: compromissos e desafios atuais. *Reflexão*, PUC, 5(17):5-12, maio/ago, Campinas, 1980.